

TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL

**ADITIVO N° 04 AO CONTRATO N° 035/2021 –
FMS/SEMS, CORRESPONDE A PRORROGAÇÃO
DE PRAZO DE VIGÊNCIA PERMITIDO PELO
ART. 57, II, §2º, DA LEI 8.666/1993, PARA
CUMPRIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE TIMON**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o n.º 11.410.879/0001-66, doravante designado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **SANEY SANTOS SAMPAIO**, brasileiro, portador do CPF nº 777.012.675-49, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, nº 1160, bairro Mangueira, Timon-MA, e a empresa **GLOBALTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS ODONTO HOSPITALAR LTDA**, situada na Rua Rui Barbosa, nº 1258, Centro, CEP: 64.000-090, Teresina/PI, inscrita no CNPJ sob o nº 17.424.989/0001-63, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo Sr. **CARLOS CÉSAR DE MOURA ANDRADE**, portador do RG nº 890.625 SSP/PI e CPF 397.850.503-78, resolvem aditivar o Contrato nº 035/2021, na melhor forma de direito, segundo cláusulas e condições adiante arroladas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste aditivo corresponde à prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, por mais 03 meses, em decorrência da necessidade de continuidade dos serviços objeto do referido contrato e do interesse apresentado pela contratante, conforme justificativa nos autos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se a vigência contratual até 31/03/2025, conforme permitido pelo art. 57, II da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

Parágrafo Único – A contagem do novo prazo se iniciará no primeiro dia seguinte ao do respectivo vencimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste termo aditivo correrão por conta dos recursos das dotações orçamentárias do Contrato nº 035/2021, obedecendo a Lei Orçamentária Anual e QDD do exercício vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo decorre na necessidade da continuidade do serviço prestado e está fundamentado no Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica homologado pela Procuradoria

Geral do Município, bem como na justificativa técnica contida no procedimento administrativo nº 2263/2024, que ficam fazendo parte integrante e complementar deste instrumento, como se aqui estivessem inteiramente reproduzidos, para todos os fins de direito, independentemente de suas transcrições. O referido aditivo encontra amparo legal no art. 57, II, §2º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais cláusulas do contrato que com este instrumento não conflitarem ou não forem disciplinadas de forma diversa, permanecem inalteradas, sendo que este instrumento seguirá a sorte do contrato principal, devendo as dúvidas ou omissões ser dirimidas pelo Contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Timon, Estado do Maranhão, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas da interpretação e execução do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo, em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas instrumentárias.

Timon (MA), 17 de dezembro de 2024.

Saney Santos Sampaio
SANEY SANTOS SAMPAIO
Secretário de Saúde – Timon/MA
Portaria 0869/2024-GP
CONTRATANTE

Carlos César Andrade
CARLOS CÉSAR DE M. ANDRADE
Globaltec Comércio e Serviços Odonto
Hospitalar LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

1 *Francisco dos Prazeres de S. Lira* CPF N° 713.219.383.20
2 *Emilia Maria Sant'Anna* CPF N° 721.937.603-06

JUSTIFICATIVA DE ADITIVO

Quarto Termo de Aditivo. Aditivo de Prazo ao Contrato n.º 035/2021 celebrado entre o Município de Timon/MA, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e a Empresa Globaltec Comércio e Serviços Odonto Hospitalar LTDA.

Cuida-se de pedido de aditivo de prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 035/2021, nos termos do permissivo da Lei 8.666/1993, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos odontológicos das unidades de saúde mantidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando o interesse dessa Secretaria Municipal de Saúde em continuar com os serviços contratados, bem como com a manifestação formal da contratada em continuar com a prestação dos serviços.

E mais, a referida prorrogação de prazo ao contrato em questão justifica-se em função dos serviços acima especificados, serem de natureza contínuos e essenciais, sendo, portanto, de fundamental importância para o funcionamento diário da Secretaria Municipal de Saúde.

Assim, entendo pela prorrogação do prazo do contrato em epígrafe, o qual se fundamenta na previsão legal do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993 e suas alterações. Por fim, cumpre informar, que durante a vigência do contrato, a contratante prestou um trabalho satisfatório e condizente com o objetivo da administração, cumprindo com as determinações do contrato.

Isto posto, de acordo com os fundamentos técnicos e legais expostos, autorizo a realização do 4º aditivo ao Contrato nº 035/2021. Encaminha-se o referido processo para a formalização de termo de aditivo e demais providências necessárias.

Timon/MA, 16 de dezembro de 2024.


SANEY SANTOS SAMPAIO
Secretário de Saúde – Timon/MA
Portaria 0869/2024-GP

parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o partes, de comum acordo, elegem o foro de sua critério determinado na Cláusula Terceira.

O VALOR de cada parcela será informado através de guia de cobrança emitida pelo IPMT até o dia 10 de cada mês.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em dívida Ativa.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração, dispensado juros e multa, conforme Lei Municipal nº 2.361/2024.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 1,00% (um por cento).

Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 06(seis) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2025, por 06 (seis) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Quinta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, configurando ainda, confissão extrajudicial, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sexta - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Sétima - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as

parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Assinam este termo na condição de interveniente-garante e responsável solidário pelos débitos ora confessados o representante legal ao final qualificado.

Timon/MA, 30 de dezembro de 2024.

Dinair Sebastiana Veloso da Silva
Prefeita Municipal

Lívio Roberto Santos Pedreira
Presidente do IPMT

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Aditivo nº 03 ao Contrato nº 014/2023 - FMS/SEMS.

Objeto: corresponde a prorrogação de prazo de vigência do referido contrato, por mais 03 meses, nos termos da Lei 8.666/1993. **Fundamentação:** art. 57, II, da Lei 8.666/1993. **Contratante:** Fundo Municipal de Saúde – FMS, CNPJ sob o n.º 11.410.879/0001-66. **Contratada:** BRITO & SOARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.469.892/0001-37. **Data de Assinatura:** 18/12/2024.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Aditivo nº 04 ao Contrato nº 035/2021 - FMS/SEMS.

Objeto: corresponde a prorrogação de prazo de vigência do referido contrato, por mais 03 meses, nos termos da Lei 8.666/1993. **Fundamentação:** art. 57, II, da Lei 8.666/1993. **Contratante:** Fundo Municipal de Saúde – FMS, CNPJ sob o n.º 11.410.879/0001-66. **Contratada:** Globaltec Comércio e Serviços Odonto Hospitalar LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.424.989/0001-63. **Data de Assinatura:** 17/12/2024.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Termo Aditivo nº 001/2024 ao Contrato nº 001/2024

Processo Administrativo nº 2584/2024 Fundamentação

legal: art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93. **Contratante:** Secretaria Municipal De Direitos Humanos ECidadaniaDe Timon-MA CNPJ do contratante: 06.115.307/0001-14 **Contratada:** JOSE DAS GRACAS SOARES DE LIMA LTDA(LOOPFIBRA) CNPJ da contratada: 13.984.892/0001-54 **Objeto:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 001/2024, relativão à prestação de serviço de tecnologia da informação, que permita o tráfego de informações de caráter corporativo entre a Prefeitura e suas secretariasanível municipal simultaneamente, acesso à rede mundial de computadores(Internet), de segurança de acesso e dados de monitoramento, promovendoa solução de serviços de telecomunicações, por meio de rede mundial IP(Internet Protocol) multiserviços, utilizando tecnologia transporte L2L"LANto LAN", para assim atender as necessidades da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital, comfundamentonaart. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Segunda do Contrato. Vigência: 01/01/2025 a 31/01/2025 **Valor Global R\$:** 402,18 (Quatrocentos e dois reais e dezoito centavos) **Data da Assinatura:** 26/12/2024.

EXTRATO DE ATA DE SRP

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

ATA DE SRP Nº 016.A/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01600/2024 – SEMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2024

OBJETO: Registro de preço para futura contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de fardamento para os funcionários do SAMU, Agentes Comunitários de Saúde, Agentes Comunitários de Endemias, Enxoval Hospitalar, Fardamentos em Geral e Aquisição de EPIs, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e suas Unidades, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Pregoeira: Liliane de França Lima

Adjudicação: 27/12/2024

Homologação: 27/12/2024

ITENS REGISTRADOS:

FORNECEDOR A M M CORRÉA CNPJ sob o nº 53.169.506/0001-95, com endereço na Avenida Alvito Ozores Nogueira, Nº 94, Bairro: Jardim Guanabara III, CEP Nº 74.683-500, na cidade de Goiânia – GOIÁS, Telefone: (62) 99184-9795, e-mail: llicitacaescalheirovajalante@gmail.com, representada pela sua sócia administradora a

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Aditivo nº 09 ao Contrato nº 029/2018. **Objeto:**

Prorrogação do prazo de vigência do referido contrato por mais 03 meses. **Fundamentação:** artigos 57, II, e 65, §8º, ambos da Lei 8.666/1993 e artigos 18 e 51 da Lei 8.245/1991.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o n.º 11.410.879/0001-66. **Contratado:** Elza Oliveira Fernandes – ME (Carlos Fernandes Imóveis), CNPJ nº 21.918.912/0001-17. **Data de Assinatura:** 20/12/2024.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Aditivo nº 07 ao Contrato nº 043/2019. **Objeto:**

Prorrogação de vigência do referido contrato por mais 03 meses. **Fundamentação:** artigos 57, II, e 65, §8º, ambos da Lei 8.666/1993 e artigos 18 e 51 da Lei 8.245/1991.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o n.º 11.410.879/0001-66. **Contratado:** Roberto Benedito Lima Gomes, CPF nº 394.980.423-49. **Data de Assinatura:** 20/12/2024.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Aditivo nº 06 ao Contrato nº 044/2019. **Objeto:**

Prorrogação de vigência do referido contrato por mais 03 meses. **Fundamentação:** artigos 57, II, e 65, §8º, ambos da Lei 8.666/1993 e artigos 18 e 51 da Lei 8.245/1991.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o n.º 11.410.879/0001-66. **Contratado:** Elizabeth Pereira de Andrade, CPF nº 337.298.083-20. **Data de Assinatura:** 20/12/2024.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Aditivo nº 05 ao Contrato nº 044/2021. **Objeto:**

Prorrogação de vigência do referido contrato por mais 03 meses. **Fundamentação:** artigos 57, II, e 65, §8º, ambos da Lei 8.666/1993. **Contratante:** Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o n.º 11.410.879/0001-66. **Contratado:** Maria Eduarda Lopes Nunes, CPF n.º 080.273.503-79. **Data de Assinatura:** 20/12/2024.

EXTRATO DE REVOCAÇÃO

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023

Processo Administrativo nº 01807/2023 – SEMED

ATO: O Município de Timon/MA, por intermédio da Coordenação Geral de Controle das Licitações-CGCL, representada por seu Coordenador Geral, que no uso de suas atribuições legais e em conformidade aos Artigos 71, II da Lei nº 14.133/21 e mediante provocação e solicitação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED pelas razões exportas no termo que integra o processo em epígrafe; considerando o cumprimento da Lei complementar nº 101/2000 em especial seus artigos 21, inciso I e artigo 17 § 2º, e o artigo 169 da constituição federal, onde a despesa oriunda da contratação em epígrafe, não se encontram respaldadas na previsão orçamentária do próximo exercício. É dever de a administração corrigir tal equívoco e impedir o ferimento de dispositivo legal, resolve **REVOGAR** de forma integral o processo administrativo em epígrafe que tem como

OBJETO: registro de preços para contratação de empresa especializada para implantação de sistemas de

geração de energia solar fotovoltaica conectada à rede, nos prédios vinculados a Secretaria Municipal de

Educação – SEMED. Timon/MA, 23 de Dezembro de 2024, Zorba Baependi da Rocha Igreja, Coordenador Geral de Licitações.